

# AOS ESTUDANTES PORTUGUESES

No momento actual, estão criadas condições para uma efectiva democratização da vida nacional, com directas consequências na política educacional, onde a herança do fascismo assume aspectos verdadeiramente dramáticos.

Aos estudantes cabe a elevada responsabilidade de intervirem activamente neste processo, reforçando a sua organização a todos os níveis, participando na modificação dos métodos e conteúdo do ensino, saneando e democratizando as estruturas existentes, dando o seu contributo para a resolução dos principais problemas nacionais.

Conscientes das importantes tarefas que o actual momento político do País exige de todos os estudantes, no dia 2 de Junho realizou-se em Lisboa, nas instalações da Associação de estudantes do IST e Medicina, o 1º encontro nacional de Direcções Associativas, depois de 25 de Abril. Estiveram presentes as AAEE de Medicina, Direito, Técnico, Económicas, Agronomia, I.S.C.S.P., M.A.E.S.L. de Lisboa; Medicina, Engenharia, Ciências e Liceus do Porto; Associação Académica de Coimbra.

Foi esta reunião convocada para se proceder a um balanço de todo o trabalho associativo a nível nacional, definir as perspectivas para o futuro, nomeadamente quanto à coordenação do trabalho inter-Academias, formação da União Nacional dos Estudantes Portugueses, e coordenação das acções no terreno do ensino, tendo como perspectiva a sua real democratização.

As propostas aprovadas no 1º ponto da Ordem de Trabalhos-coordenação nacional- a) Organização de serviços; b) UNEP- revestem-se de uma importância decisiva na criação de um amplo Movimento Nacional, representativo de todos os estudantes portugueses, que leva a cabo a integração das massas estudantis, como força actuante, na evolução da situação política- na luta pela instauração e reforço das liberdades democráticas, pelo fim da Guerra Colonial, pela Reforma Geral e democrática do ensino, pelo fim da dominação dos monopólios e submissão ao imperialismo- objectivos já largamente apoiados pelas massas estudantis.

Abrem-se também reais perspectivas para que os organismos de

prestação de serviços estejam sob um efectivo controle estudantil, garantindo a satisfação das múltiplas carências dos estudantes.

Dentro deste espírito foram aprovadas as seguintes propostas:

PROPOSTA 1:

A- Sobre o Turismo Estudantil

Criação de uma estrutura deliberativa e de coordenação de trabalho, com base em delegadas das AAEE, a nível nacional, que se debruce sobre estatutos, futura integração na UNEP, alargando a todas as AAEE o turismo estudantil, continuação dos contactos com as estruturas internacionais.

B- Sobre a Rádio Universidade

Criação de uma estrutura deliberativa e de coordenação de trabalho, com base nas AAEE, que se debruce sobre os estatutos, futura integração na UNEP, formas de alargamento de três academias, importantes secções sonoras em todas as Escolas.

C- Sobre o Desporto

Criação de uma estrutura técnica e informativa, de coordenação de trabalho, com base nas AAEE, a nível nacional, que incentive os contactos entre as estruturas já a funcionar em cada academia, nomeadamente quanto a estatutos, futura integração na UNEP, papel do desporto estudantil de massas.

D- Sobre os Ex-Serviços Sociais

Criação de estruturas de controle a nível de cada academia, que mantenham contactos entre si, que assegurem o funcionamento provisório este ano, que avancem propostas sobre o futuro papel dos ex-SS, nomeadamente quanto à sua extinção e integração na futura UNEP.

E- Sobre as cantinas

Criação de comissões de cantinas, ligadas entre si para a necessária coordenação a nível federativo, e que mantenham contactos entre as academias, nomeadamente quanto a futuro funcionamento, sua integração orgânica na futura UNEP.

PROPOSTA 2:-Sobre a União Nacional dos Estudantes Portugueses

Criação imediata de uma comissão Pró-UNEP, com base em delegados das Associações de Estudantes de todo o País, que:

1. Se debruce e avance com propostas sobre os estatutos da UNEP e sobre estatutos das Associações de Estudantes.

2. Integre a coordenação das comissões específicas criadas na proposta anterior.

3. Edite um boletim, de responsabilidade da comissão Pró-UNEP,

que dê conhecimento aos estudantes do avanço do seu trabalho, além de todos os outros aspectos que a informação associativa deve abranger.

4. Que essa Comissão Pró-UNEP crie, devido às vantagens que daí decorrem, um Secretariado localizado em Lisboa, que centralize o trabalho.

5. A Comissão terá também como funções, garantir contactos com organismos estrangeiros e internacionais.

6. A Comissão Pró-UNEP deve preocupar-se também com a incentivação de criação de Associações de Estudantes em escolas onde não existam (mesmo que exteriores às Academias).

### PROPOSTA 3: - Sobre a Reforma Geral e Democrática do Ensino

É necessário concretizar desde já, o que ao longo dos anos foi uma bandeira de luta - "A Reforma Geral e Democrática do Ensino" -. Esta é uma tarefa que se coloca a estudantes e a professores progressistas, organizações políticas e sindicais em colaboração com o Governo Provisório.

#### REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO

O processo integrante da construção democrática da sociedade relativamente ao ensino analisa-se em alguns princípios fundamentais:

1. Extensão do sistema educativo de modo a propiciar a maior formação educativa e cultural do povo português.
2. Eliminação dos condicionamentos económicos e sociais de acesso à escola, isto é, uma integral democratização do ensino só é possível depois de radicais transformações numa sociedade portuguesa caminhando para o socialismo.
3. Controle democrático e estatal de todo o ensino com extinção das escolas privadas com intuítes lucrativos.
4. Via escolar única no ensino obrigatório básico tão dilatado quanto possível.
5. Conteúdo democrático do ensino conduzido por valores progressistas e eliminação de toda a ideologia reacçãoária na escola.
6. Gestão democrática das instituições educativas, nomeadamente nas universidades, por parte de quantos nelas se integram.
7. Instituição de métodos que possibilitem a diversos níveis a existência em Portugal dum esquema de educação permanente.
8. Abolição da compartimentação estanque entre o ensino e a produção.

Como medidas imediatas para esta democratização geral do ensino português, sugere-se:

- 1- Revisão geral dos programas e métodos de ensino.
- 2- Lançamento de uma grande campanha de alfabetização e de educação de adultos.
- 3- Criação e efectivo funcionamento do ensino pré-primário oficial, nomeadamente e desde logo, nas zonas industriais.
- 4- Gratuitidade do ensino básico, incluindo subsídios para material esco-

lar, transportes, alimentação, serviços sociais escolares, etc.

5- Ensino básico misto, o mesmo devendo suceder relativamente ao ensino secundário, assim como no que respeita às actividades circun-escolares.

6- Preparação científica e pedagógica adequada dos professores (inclusive obtida através de cursos de reciclagem), e sua sindicalização.

7- Política ampla de bolsas de estudo e subsídios sociais, atribuindo unicamente com base na situação sócio-económica do beneficiário.

8- Organização de brigadas de estudantes e professores, do ensino secundário e universitário, para durante as férias colaborarem em campanhas políticas nacionais (alfabetização, espectáculos, e iniciativas culturais em centros fabris e rurais, profilaxia social, etc.).

9- Saneamento das estruturas escolares, particularmente da universitária, mediante inquérito geral sobre o papel e a responsabilidade destas na sustentação do fascismo.

10- Ligação das organizações sindicais e outras estruturas de massas à política escolar nomeadamente pela sua participação nos trabalhos da reforma do ensino.

11- A par do saneamento realizado nas e várias escolas, que sejam integrados ou readmitidos elementos de reconhecido valor científico e pedagógico, afastados de funções docentes ou de cargos de responsabilidade no M.E.C., por razões de carácter político.

#### Por uma nova pedagogia:

Eis alguns dos pontos que consideramos básicos para a criação de uma nova ética de educação:

1- Participação do estudante na gestão e definição de toda a empresa educativa. Isto permitirá o exercício da responsabilidade do estudante não só enquanto sujeito dessa educação mas também como elemento inovador e participante de todo o aparelho educativo.

2- O estudante educador de si próprio e dos outros. Deve-se procurar incentivar a participação consciente em trabalhos de grupo acabando com todos os tipos de individualismo característicos da universidade burguesa.

3- Ensino anti-autoritário. Contrariamente às práticas tradicionais o ensino deve-se adaptar ao aluno e não o aluno ao ensino.

4- Minimizar o desfazamento entre a escola e o mundo envolvente.

É necessário estabelecer pontos de contacto entre a escola e a realidade de exterior, entre o sistema de ensino e o trabalho activo na produção de toda a vida social, entre o desenvolvimento intelectual e desenvolvimento funcional do indivíduo.

5- A escola não deve ser apenas um instrumento de divulgação técnica e científica. Ela deverá dar meios ao indivíduo de obter uma formação integral nos diversos aspectos - cultural, desportivo, político e social.

6- Ter em conta na avaliação dos conhecimentos o desenvolvimento das capacidades intelectuais e não o volume de conhecimentos memorizados.

"A avaliação real dos resultados obtidos pelos estudantes deve-se fundar menos sobre as indicações sumárias fornecidas por um exame, do que sobre a observação do seu trabalho durante um período de estudo considerável".

"Devemo-nos orientar não na direcção de um diploma escolar mas sim na base de uma avaliação concreta das aptidões do indivíduo em preencher estas ou aquelas funções!".

7- O ensino ministrado deve ter um carácter marcadamente anti-imperialista, anti-monopolista. Ele deve criar os técnicos e os investigadores que permitam sem qualquer tipo de hesitação a sustentação das infra-estruturas económicas na cionais determinantes num desenvolvimento autónomo do país. Sem eles será impossível o abandono da submissão ao imperialismo e aos monopólios, a todos os níveis (técnico, cultural, etc.).

#### PROPOSTA 4:

As Associações de Estudantes, legítimos e únicos representantes das amplas massas estudantis do País, consideram que estão criadas as condições político-sociais para uma intervenção activa das massas estudantis em todos os sectores da vida nacional, nomeadamente e no imediato quanto:

1. Definição de uma Reforma Geral e Democrática do Ensino, para o que devem ser estudadas as formas orgânicas em que tal se processará.

As AAEE apóiam a efectivação de reuniões entre as diferentes comissões directivas para se debruçarem sobre a reforma, independentemente dos contactos que se considerarem úteis continuar a ter entre as estruturas associativas.

2. Participação activa em campanhas nacionais, culturais, de alfabetização, de educação sanitária e de politização de camadas populacionais mais exploradas e desfavorecidas, a levar a cabo pelas entidades oficiais, com o apoio de outros sectores da vida nacional.

3. Que se marque desde já reuniões da Comissão Pró-UNEP com as entidades oficiais, comissão cultural do Movimento das Forças Armadas, Intersindical e Sindical do dos Professores para organização prática das campanhas.

4. Independentemente das iniciativas globais, as AAEE garantirão a efectivação de todas as iniciativas culturais junto da população que considerem correctas e respondam a carências e a necessidades por esta expressas, para as quais deverá ser dado apoio oficial, nomeadamente financeiro.

#### Direcções das AAEE de

- Medicina
- Direito
- Técnico
- Economia
- Agronomia
- ISCSP

de Lisboa

- Medicina
- Engenharia
- Ciências
- Liceus

de Porto

Associação Académica  
de Coimbra